

Relatório de Gestão

Aon Re Bertoldi - Corretagem de Resseguros, SA

Exercício findo em 31 de Dezembro de 2018

AON RE BERTOLDI – CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.

EXERCÍCIO DE 2018

RELATÓRIO DE GESTÃO

A sociedade Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A. tem por objeto a corretagem de resseguros, consultadoria de seguros e, por último, a aquisição de participações no capital de outras sociedades, desde que previamente autorizadas pelo Instituto de Investimento Estrangeiro.

GOVERNO SOCIETÁRIO

O capital social da sociedade no montante de 100.000 euros, representado por 20.000 ações de valor nominal de 5 Euros, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo subscrito em 100% pela sociedade Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A.. As ações são nominativas, sendo representadas por títulos de uma, cinco, dez, cinquenta e cem ações.

Os acionistas gozam direito de preferência na alienação onerosa das ações mesmo a favor de outros acionistas.

A administração da Sociedade é exercida por um Conselho de Administração, composto por um número ímpar de membros, de três a nove, eleitos pela Assembleia Geral, que designará também o respetivo presidente, por um período de quatro anos podendo ser reeleitos uma ou mais vezes.

O Conselho de Administração reunirá, pelo menos, duas vezes em cada exercício.

Compete ao Conselho de Administração, dentro dos limites da lei e dos estatutos da sociedade, deliberar sobre qualquer assunto de administração da sociedade e, nomeadamente, sobre:

- a) Relatório e contas anuais;
- b) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- c) Abertura ou encerramento de estabelecimentos;
- d) Modificações importantes na organização da Empresa;
- e) Mudança da sede social e aumento de capital; e
- f) Aquisição ou alienação de participações sociais de outras sociedades, nos termos legais.

A sociedade obriga-se: pela assinatura da maioria dos administradores; pela assinatura conjunta de dois administradores nos quais tenham sido delegados poderes; pela assinatura conjunta de um administrador no qual tenham sido delegados poderes nos termos do artigo anterior e de um procurador com poderes bastantes. Porém, para atos de mero expediente basta a assinatura de um administrador, de um administrador delegado ou de um procurador.

As alterações de estatutos ou aumento de capital devem ser objeto de proposta do Conselho de Administração para aprovação da Assembleia Geral.

AS

Não são aplicáveis acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade.

Também não é aplicável à sociedade acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de pedido de demissão do trabalhador, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho.

ECONOMIA PORTUGUESA

A economia portuguesa registou um crescimento de 2,1%, em 2018 (tendo atingido, em termos nominais, 202 mil milhões de euros), mantendo a trajetória de crescimento dos últimos anos, ainda que se tenha registado alguma desaceleração, situando-se 0,6 pontos percentuais abaixo do registado no ano anterior e abaixo da previsão de crescimento do governo de 2,3%.

A desaceleração registada na economia portuguesa em 2018, pode-se considerar que está relacionada com a desaceleração no crescimento europeu e mundial. No entanto, a taxa de crescimento de 2018, em Portugal, superou a da zona Euro em 0,5 p.p.

No que respeita às principais componentes da procura interna, registou-se, como fator principal, uma desaceleração no crescimento do investimento em relação ao ano anterior, sendo que nas restantes componentes, se tenha registado um crescimento do consumo privado idêntico ao de 2017 e um crescimento ligeiramente superior do consumo público.

A procura interna registou um crescimento de 2,7%, em termos reais (2,8% em 2017), refletindo o crescimento menos intenso do investimento.

Por sua vez, a procura externa líquida apresentou um contributo mais negativo, observando-se uma desaceleração das Exportações de Bens e Serviços mais acentuada que as Importações de Bens e Serviços.. Em termos nominais, o Saldo Externo de Bens e Serviços representou 0,1% do PIB (1% em 2017).

O consumo privado apresentou, em volume, um aumento de 2,5% em 2018, 0,3 p.p. abaixo do verificado em 2017. As Despesas de Consumo Final das Famílias Residentes em bens não duradouros e serviços aceleraram para 2,3% (1,8% em 2017), enquanto a componente de bens duradouros desacelerou para 5% (6% em 2017).

O consumo público, por seu lado, registou uma variação de 0,8% (0,1% no ano anterior).

O Investimento aumentou 5,6% em termos reais em 2018, após ter registado um crescimento de 8,4% no ano anterior, refletindo a desaceleração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) para uma taxa de variação de 4,4% (9,0% em 2017). A Variação de Existências apresentou um contributo positivo de 0,2 p.p. para a variação do PIB, após o contributo ligeiramente negativo verificado no ano transato.

A FBCF em Outras Máquinas e Equipamentos foi a componente que mais contribuiu para a desaceleração da evolução da FBCF total em 2018, registando um aumento de 6,7%, após ter crescido 9,2%, em 2017.

As Exportações de Bens e Serviços em volume registaram, em 2018, uma taxa de crescimento de 3,7% (7,9% no ano anterior), refletindo a desaceleração de ambas as componentes. As exportações de bens passaram de uma taxa de variação de 6,8% em 2017 para 3,6% e as exportações de serviços de 10,9% para 3,8% em 2018.

As Importações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 4,9% (7,9% em 2017), com uma desaceleração de ambas as componentes. As importações de bens aumentaram 5,1% (8% em 2017), enquanto as importações de serviços registaram uma taxa de variação de 3,6% em 2018 (7,5% em 2017).

17

Em 2018, a deterioração dos termos de troca foi menos acentuada que no ano anterior.

Por sua vez, o Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base registou uma variação de 1,7%, em 2018, o que representou uma diminuição de 0,55 p.p. face ao observado em 2017.

O VAB do ramo da Indústria foi o que mais contribuiu para esta desaceleração, passando de uma taxa de variação de 3,6% para 0,6% e de um contributo de 0,5 p.p., em 2017, para 0,1 p.p., em 2018, para a variação do VAB total.

O VAB dos ramos Atividades Financeiras, de Seguros e Imobiliárias, após ter aumentado 0,4% em 2017, registou em 2018 uma taxa de variação de 1,2% em volume, contribuindo em 0,2 p.p. para a variação do VAB total.

O emprego, para o conjunto dos ramos de atividade, registou uma variação de 2,3% em 2018 (3,3% no ano anterior), tendo o emprego remunerado aumentado 2,9% (3,4% em 2017).

A taxa de inflação em 2018 registou um incremento de 0,7%, menos 0,9 p.p. que no ano anterior.

As taxas de juro diretoras do Banco Central Europeu apresentaram-se inalteradas face a 2017. No final de Dezembro 2018 as taxas situavam-se em 0% para refinanciamento, 0,25% para cedência de liquidez, -0,4% para depósito e a EONIA apresentava um percentual de -0,36.

ATIVIDADE ECONÓMICO-FINANCEIRA DO EXERCÍCIO

A Aon Re Bertoldi apresentou, no final de 2018, um resultado líquido de 823 mil euros, registando assim uma diminuição do seu resultado líquido, face ao ano anterior. O volume de negócios, por seu lado, registou um crescimento de 4%, face ao ano transato, cifrando-se nos 2,6 milhões de euros.

O resultado líquido registado em 2018, no valor de 822.584 euros, representa uma redução de 12% face ao registado em 2017, contrastando com o crescimento a dois dígitos, no ano anterior. Esta diminuição é justificada pelo incremento dos gastos operacionais decorrentes da normal atividade da empresa, os quais refletem o investimento que o grupo Aon está a realizar no âmbito de Data & Analytics na área de Resseguro.

As receitas obtidas com prestações de serviços aumentaram 4% face ao ano anterior para 2.555.367 euros (2.447.939 euros, em 2017).

Também o resultado antes de juros, impostos, depreciações e amortizações (EBITDA) e o resultado operacional apresentaram um decréscimo de 11% para 1,1 milhões de euros.

O decréscimo do EBITDA, viu-se afetado pelo incremento dos Gastos Operacionais, como reflexo do aumento registado em Fornecimentos e Serviços Externos, em 2018. Note-se que, no ano anterior, a rubrica de FSE havia registado uma redução de 13%.

O aumento verificado em gastos com Fornecimentos e Serviços Externos foi influenciado pelo incremento das alocações efetuadas pelo grupo internacional Aon, no que respeita a *Brand Royalties* e gestão de softwares de Data&Analytics.

O quadro que se segue pretende demonstrar a evolução dos resultados da Empresa durante os dois últimos anos:

A3

Resultados	2018	2017	A.18-A.17	A.18/A.17
Volume de Negócios	2.555.367	2.447.939	107.428	4%
EBITDA (Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos)	1.062.812	1.191.210	-128.398	-11%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1.062.304	1.190.987	-128.683	-11%
Resultados antes de Impostos	1.074.511	1.214.204	-139.693	-12%
Resultado Líquido do Exercício	822.584	930.039	-107.455	-12%

PERSPETIVA DE EVOLUÇÃO

O crescimento do volume de prémios tanto em Vida como em Não Vida em 2018, mais robusto do que no ano anterior, confirmam um momento positivo a nível da produção, sobretudo se o compararmos com a apatia verificada nos primeiros 15 anos deste século. Nos ramos Não Vida, os que mais crescem são, tal como no passado recente, os Acidentes de Trabalho, o Automóvel – ramos onde a colocação em resseguro costuma ser feita em excedente de sinistros o que significa que o impacto no crescimento do resseguro fica diluído – e a Saúde – onde a penetração do resseguro é marginal. Em todos os casos, existe sempre um benefício quando a matéria prima, neste caso os prémios de directo, cresce.

Continuando na mesma linha dos anos anteriores, antecipamos que o crescimento da nossa carteira de resseguro obrigatório encontre dificuldades devido a diferentes factores: consolidação a nível de grandes grupos, existência de veículos de resseguros em algumas seguradoras, aumento gradual das retenções, concorrência dos próprios resseguradores, preços quando muito estáveis.

Em termos de sinistros, 2018 foi bem mais calmo do que os anos anteriores. Não podemos deixar de notar uma maior frequência histórica de eventos com alguma dimensão ocorridos nos últimos anos. Desses, salientariamos as fortes chuvas na Madeira em 2010, a tempestade Gong de 2013, os incêndios florestais de Outubro de 2017 e o furacão Leslie de 2018. Este padrão, diferente do que aconteceu nas décadas anteriores, poderá vir a alterar alguns equilíbrios pois esses eventos terão que ser incorporados nos preços de resseguro. De notar em particular o caso do furacão Leslie que poderia ter causado danos seguros bem superiores aos € 100 Milhões estimados caso tivesse entrado em Portugal algumas dezenas de quilómetros mais a Sul.

Não obstante esses sinistros, o excesso de capacidade, a forte capitalização e a limitada dimensão do mercado português permitiu que as condições de resseguros se mantivessem globalmente bastante estáveis, havendo naturalmente pequenos ajustes localizados.

Uma iniciativa em particular poderá ter efeitos relevantes na colocação de resseguro: a constituição de um fundo sísmico. Tema de reflexão há diversos anos, uma solução voltou a ser estudada em 2018. Não se esperam no entanto evoluções práticas significativas a curto prazo, mas trata-se evidentemente de um tema que pela sua importância merece ser seguido de perto.

Para a nossa actividade, 2018 foi de novo um excelente ano de crescimento. Mais importante do que o passado, o futuro, que apresenta claramente alguns desafios complicados, vai depender muito do dinamismo que conseguirmos impor à nossa actuação. Para tal, lançámos diversas iniciativas cujos frutos esperamos vir a recolher nos próximos anos, sustentando assim um dos objectivos permanentes que temos e até hoje concretizado: crescer ao serviço dos nossos clientes.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração propõe que o resultado positivo líquido apurado no exercício no montante de 822.584 euros seja aplicado da seguinte forma:

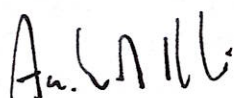
- 5% a transferir para a conta de "Resultados transitados", no valor de 41.129 euros, tendo em consideração que as Reservas Legais constituídas já são superiores a 20% do capital social da Empresa.
- 95% a distribuir pelos acionistas a título de dividendos, no valor de 781.455 euros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração pretende distribuir a quantia de 56.300 euros do resultado do exercício de 2018 pelos colaboradores, estando já esta distribuição afeta ao resultado líquido do exercício.

O Conselho de Administração agradece o esforço e incondicional empenho de todos os colaboradores ao longo do ano de 2018.

A Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.

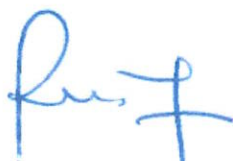
NIF: 503 292 001

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DEZEMBRO DE 2017

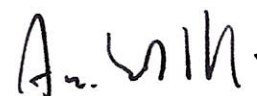
UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-18	31-dez-17
Activo			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2.786	445
		2.786	445
Activo corrente			
Terceiros - Resseguradores	9	1.490.459	436.007
Terceiros - Cedentes	9	890.778	964.175
Outras contas a receber	9	26.686	7.596
Diferimentos	10	869	-
Caixa e depósitos bancários	4, 9	2.720.060	7.110.514
		5.128.852	8.518.292
Total do ativo		5.131.638	8.518.737
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	11	100.000	100.000
Reservas legais	11	28.454	28.454
Resultados transitados		595.794	5.549.292
Resultado líquido do exercício		822.584	930.039
Total do capital próprio		1.546.832	6.607.785
Passivo			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Fornecedores c/c	12	751	3.773
Terceiros - Cedentes	12	1.583.986	398.184
Terceiros - Resseguradores	12	1.697.025	1.103.946
Estado e outros entes públicos	12, 14	77.603	183.311
Outras contas a pagar	12, 13	225.443	221.739
		3.584.807	1.910.953
Total do passivo		3.584.807	1.910.953
Total do capital próprio e do passivo		5.131.638	8.518.737

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.

NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DEZEMBRO DE 2017

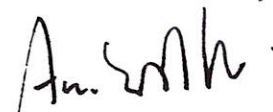
UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-18	31-dez-17
Vendas e serviços prestados	15	2.555.367	2.447.939
Fornecimentos e serviços externos	16	(749.405)	(473.257)
Gastos com o pessoal	17	(744.107)	(756.037)
Outros rendimentos e ganhos	15, 19	14.021	6.076
Outros gastos e perdas	20	(13.064)	(33.512)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.062.812	1.191.210
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6, 18	(507)	(223)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.062.304	1.190.987
Juros e rendimentos similares obtidos	15, 21	12.206	23.217
Resultado antes de impostos		1.074.511	1.214.204
Imposto sobre o rendimento do período	8	(251.927)	(284.165)
Resultado líquido do exercício		822.584	930.039
Resultado por ação básico		41	47

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DEZEMBRO DE 2017

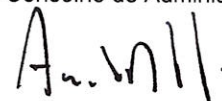
UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-18	31-dez-17
Vendas e serviços prestados	15	2.555.367	2.447.939
Custo das vendas e dos serviços prestados		-	-
Resultado bruto		2.555.367	2.447.939
Outros rendimentos	15, 19	14.021	6.076
Gastos administrativos	16, 17	(1.493.512)	(1.229.294)
Outros gastos	18, 20	(13.571)	(33.735)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.062.304	1.190.987
Gastos de financiamento (líquidos)	15, 21	12.206	23.217
Resultados antes de impostos		1.074.511	1.214.204
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(251.927)	(284.165)
Resultado líquido do exercício		822.584	930.039
Resultado por acção básico		41	47

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



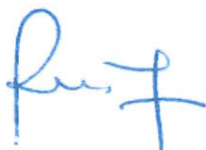
AON RE BERTOLDI - CORRETAGEM DE RESSEGUROS, S.A.
NIF: 503 292 001

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e 31 DEZEMBRO DE 2017

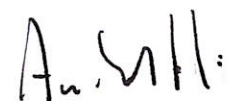
UNIDADE MONETÁRIA (EUR)

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		31-dez-18	31-dez-17
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo			
Pagamentos a fornecedores		(246.622)	(268.614)
Pagamentos ao pessoal		(332.319)	(425.370)
	Caixa gerada pelas operações	(578.941)	(693.984)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(814.724)	(583.992)
Outros recebimentos/pagamentos		2.873.128	2.532.825
	Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	1.479.463	1.254.849
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Dividendos		(5.883.537)	(546.398)
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		13.620	21.951
	Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(5.869.917)	(524.447)
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2)		(4.390.454)	730.402
Caixa e seus equivalentes no início do exercício		7.110.514	6.380.112
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	4, 9	2.720.060	7.110.514

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2017

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

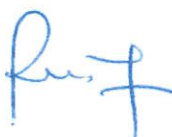
DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	1	100.000	28.454	5.520.533	575.156	6.224.144
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2	-	-	575.156	(575.156)	-
		-	-	575.156	(575.156)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3				930.039	930.039
RESULTADO EXTENSIVO	4=2+3				354.883	354.883
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO						
Distribuições	5			(546.398)		(546.398)
		-	-	(546.398)	-	(546.398)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	6=1+2+3+5	100.000	28.454	5.549.292	930.039	6.607.785

DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NO PERÍODO 2018

UNIDADE MONETÁRIA (Eur)

DESCRIÇÃO	Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa				
		Capital realizado	Reservas legais	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	6	100.000	28.454	5.549.292	930.039	6.607.785
ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	7	-	-	930.039	(930.039)	-
		-	-	930.039	(930.039)	-
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	8				822.584	822.584
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8				(107.455)	(107.455)
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO						
Distribuições	10			(5.883.537)		(5.883.537)
		-	-	(5.883.537)	-	(5.883.537)
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO	6+7+8+10	100.000	28.454	595.794	822.584	1.546.832

Contabilista Certificado



Conselho de Administração



Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A.

Anexo às demonstrações financeiras

em 31 de Dezembro de 2018

(Montantes expressos em euros)

1 NOTA INTRODUTÓRIA

A Aon Re Bertoldi – Corretagem de Resseguros, S.A. (adiante designada por “Sociedade” ou “Empresa”), com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, em Lisboa, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o nº 503292001 e constituída em 17 de Outubro de 1994, tem como atividade a mediação de resseguros. A Sociedade é detida em 100% pela Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A., fazendo assim parte integrante do Grupo Aon, o qual é detido mundialmente pela empresa-mãe - Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas em 29 de Março de 2019 pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura concetual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018.

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Ruiz B

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Equipamento administrativo	3 e 5
Edifícios e outras construções	10

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

O gasto com amortizações é reconhecido na demonstração de resultados na rubrica “Gastos/reversões de depreciação e amortização”.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. Em 2017, não existem, no entanto, contratos de locação deste tipo em vigor na empresa.

As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação. Os incentivos recebidos são registados como uma responsabilidade, sendo o montante agregado dos mesmos reconhecido como uma redução do gasto com a locação, igualmente numa base linear.

As rendas contingentes são reconhecidas como gastos do exercício em que são incorridas.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

<u>Classe de Bens</u>	<u>Anos</u>
Programas de Computador	3

As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo (ou da unidade geradora de caixa) consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expetativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo (ou da unidade geradora de caixa) relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de "Reversões de perdas por imparidade". A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com o critério do custo ou custo amortizado.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;

- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

(ii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subseqüentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iii) **Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros**

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de notas de débito e não inclui impostos liquidados relacionados com a prestação de serviços.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base no período de vigência dos contratos que lhes estão subjacentes, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

3.8 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do exercício.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

a) Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis

Estimaram-se vidas úteis para os ativos fixos tangíveis e intangíveis equivalentes às taxas máximas permitidas para efeitos fiscais, considerando que estas se ajustavam ao tipo de ativos existentes na Empresa.

3.9 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde ao imposto corrente, não se tendo registado movimentos que dessem lugar ao reconhecimento de impostos diferidos. Os impostos correntes são registados em resultados.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

3.10 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.11 Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4 FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses). Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 detalham-se conforme se seguem:



	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Numerário	250	389
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	2.719.810	7.110.125
	<u>2.720.060</u>	<u>7.110.514</u>

A rubrica de “Depósitos bancários” regista uma diminuição significativa quando comparada com o ano anterior, justificada maioritariamente pela distribuição de Resultados Transitados anteriores a 2017 à acionista da Empresa, no valor de EUR 5.000.000.

5 ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS E CORREÇÕES DE ERROS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício 2018 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações aplicáveis

Em resultado da transposição para o ordenamento jurídico interno da Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, através da publicação do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho, e com base nos registos contabilísticos à data, as alterações ocorridas a nível das NCRF não tiveram impacto nas contas da Empresa.

6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

Ruf

31 Dezembro de 2018			
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Total
Ativos			
Saldo Inicial	-	10.345	10.345
Aquisições	2.848	-	2.848
Abates	-	-	-
Saldo Final	2.848	10.345	13.194
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	-	(9.900)	(9.900)
Amortizações do Exercício	(285)	(223)	(507)
Abates	-	-	-
Saldo Final	(285)	(10.123)	(10.408)
Ativos Líquidos	2.564	222	2.786

31 Dezembro de 2017			
	Edifícios e outras construções	Equipamento administrativo	Total
Ativos			
Saldo Inicial	-	15.534	15.534
Aquisições	-	668	668
Abates	-	(5.857)	(5.857)
Saldo Final	-	10.345	10.345
Amortizações Acumuladas e Perdas por Imparidade			
Saldo Inicial	-	(15.534)	(15.534)
Amortizações do Exercício	-	(223)	(223)
Abates	-	5.857	5.857
Saldo Final	-	(9.900)	(9.900)
Ativos Líquidos	-	445	445

Durante o ano de 2018, a Empresa procedeu apenas à aquisição de novas janelas a título de remodelação do escritório.

As amortizações do exercício, no montante de 507 Euros (223 Euros em 2017), foram registadas na rubrica de "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" (Nota 18).

7 LOCAÇÕES

Locações operacionais

Em 31 de Dezembro de 2018, a Empresa é locatária de um contrato de locação operacional relacionado com uma viatura automóvel, o qual se encontra denominado em euros. Este contrato teve início em 2015 e tem a duração de 48 meses.

Os pagamentos mínimos das locações operacionais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	Pagamentos mínimos não canceláveis	
	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Até 1 ano	7.771	11.656
Entre 1 ano e 5 anos	-	7.771
	7.771	19.427

O gasto relacionado com locações operacionais reconhecido nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	Gasto do exercício	
	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Leasing Operacional	12.137	13.498

8 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2015 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa normal de 21%, acrescida de Derrama à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável.

A Administração da Empresa entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2018. Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se seguem:

	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Imposto corrente e ajustamentos		
Imposto corrente do exercício	251.927	284.165

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Resultado líquido do exercício	822.584	930.039
Gasto com Impostos sobre o Rendimento apurado	251.927	284.165
Diferenças permanentes		
Acréscimos e deduções	(4.351)	2.297
	<u>1.070.159</u>	<u>1.216.501</u>
Gasto com Impostos sobre o Rendimento apurado à taxa normal	240.786	273.713
	<u>240.786</u>	<u>273.713</u>
Tributações Autónomas	11.141	10.452
Gasto com Impostos sobre o Rendimento	<u>251.927</u>	<u>284.165</u>

9 ATIVOS FINANCEIROS

Categorias de ativos financeiros

As categorias de ativos financeiros em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 são detalhadas conforme se segue:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Disponibilidades:		
Caixa	250	389
Depósitos à ordem	2.719.810	7.110.125
	<u>2.720.060</u>	<u>7.110.514</u>
	-	-
Ativos financeiros ao custo amortizado:		
Terceiros - resseguradores	1.490.459	436.007
Terceiros - cedentes	890.778	964.175
	<u>2.381.237</u>	<u>1.400.182</u>
Ativos financeiros ao custo:		
Outras contas a receber	26.686	7.596
	<u>5.127.983</u>	<u>8.518.292</u>

A variação registada em Disponibilidades, deve-se, essencialmente, à distribuição de Resultados Transitados pelo acionista, conforme já mencionado na Nota 4.

Os saldos a receber de resseguradores, estão relacionados com comissões de corretagem de resseguro a receber ou com sinistros a receber e a serem transferidos para as cedentes; e

Os saldos a receber das cedentes, referem-se a prémios de resseguro a receber, derivados dos resseguros colocados através da Aon Re Bertoldi e que serão transferidos para os resseguradores.

Comparativamente com o ano anterior, regista-se um aumento do saldo a receber de Resseguradores, essencialmente, derivado de sinistros ocorridos durante o ano de 2018 e ainda pendentes de receber e uma diminuição dos saldos a receber de Cedentes meramente decorrente da normal atividade de negócio.

Em 31 de Dezembro de 2018, não existiam saldos considerados com imparidade.

O saldo da rubrica de Outras Contas a Receber é decomposto da seguinte forma:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Outras contas a receber		
Acréscimo de Rendimentos de Juros	419	2.050
Diferimentos de gastos de seguros e rendas	869	712
Intercompanhias a receber	26.267	4.835
	<u>27.555</u>	<u>7.596</u>

Os juros acrescidos no final do exercício de 2018, referem-se aos juros credores mensais de Dezembro a receber do Bank Mendes Gans.

O saldo a receber de Intercompanhias, está relacionado com: i) saldos fiduciários – sinistros – a receber de Aon UK; e ii) corretagem de resseguro a receber da Aon Benfield Middle East.

10 DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica do ativo corrente “Diferimentos” apresentava a seguinte composição:

	<u>31 dez 2018</u>
Rendas	221
Seguros	648
	<u>869</u>

Os gastos antecipados registados em 2018 e considerados na rubrica “Diferimento Ativos”, referem-se a: i) renda estacionamento e condomínio Janeiro 2019; e ii) recibo adicional do Seguro de Responsabilidade Civil Profissional que cobre o período de Janeiro a Setembro 2019.

11 INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2018 o capital da Empresa, totalmente subscrito e realizado no montante de 100.000 Euros, era composto por 20.000 ações com o valor nominal de 5 Euros, cada.

Reserva legal

De acordo com a legislação comercial em vigor, pelo menos 5% do resultado líquido anual se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de Dezembro de 2018, a reserva legal ascendia a 28.454 Euros, representando assim 28% do capital realizado.

12 PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e Outros passivos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica de “Fornecedores e Outros passivos financeiros” apresentava a seguinte composição:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Passivos Financeiros		
Fornecedores		
Fornecedores, conta corrente	751	3.773
	<u>751</u>	<u>3.773</u>
Outros passivos financeiros:		
Terceiros - cedentes	1.583.986	398.184
Terceiros - resseguradores	1.697.025	1.103.946
Estado e Outros Entes Públicos	77.603	183.311
Outras contas a pagar	225.443	221.739
	<u>3.584.056</u>	<u>1.907.180</u>
	<u>3.584.807</u>	<u>1.910.953</u>

Os saldos a pagar a resseguradores, estão relacionados com prémios de corretagem de resseguro a receber ou já recebidos, de cedentes derivados dos resseguros colocados através da Aon Re Bertoldi; e

Os saldos a pagar a cedentes, referem-se a sinistros ocorridos e pendentes de pagamento.

Comparativamente com o ano anterior, regista-se um aumento do saldo a pagar a Cedentes, devido a sinistros ocorridos durante o ano 2018, assim como um aumento do saldo a pagar aos Resseguradores meramente decorrente da normal atividade de negócio e do aumento do volume de negócios.

13 OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras contas a pagar” apresentava a seguinte composição:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Outras contas a pagar:		
Credores por acréscimos de gastos	172.048	221.424
Intercompanhias a pagar (Nota 22)	52.517	-
Despesas de Pessoal	877	315
	<u>225.443</u>	<u>221.739</u>

A rubrica de “Credores por acréscimos de gastos” engloba, essencialmente, as remunerações a pagar a empregados relativas a férias e subsídio de férias do respetivo ano e a pagar no ano seguinte, assim como, os acréscimos de honorários de auditoria e participação nos resultados.

14 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 as rubricas de “Estado e outros entes públicos” apresentavam a seguinte composição:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
	<u>Passivo</u>	<u>Passivo</u>
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas		
Estimativa de Imposto	9.116	131.972
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	11.727	11.424
Imposto sobre o Valor Acrescentado	43.938	27.370
Contribuições para a Segurança Social	12.771	12.544
Outros impostos	52	-
	<u>77.603</u>	<u>183.311</u>

A rubrica de Estado e Outros Entes Públicos diminuiu face ao ano anterior devido, essencialmente, à estimativa de imposto sobre o rendimento, como consequência do decréscimo registado da matéria coletável versus pagamentos por conta efetuados durante o exercício de 2018.

15 RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Prestações de serviços	2.555.367	2.447.939
Juros obtidos	12.206	23.217
Outros rendimentos e ganhos	14.021	6.076
	<u>2.581.594</u>	<u>2.477.232</u>

O montante incluído na rubrica de “Prestação de serviços” diz respeito às comissões de corretagem de resseguro registados pela Empresa e decompõem-se nos seguintes tipos de negócio:

	2018	2017
Comissões resseguro obrigatório	1.353.014	1.193.360
Comissões resseguro facultativo	1.202.353	1.254.579
	2.555.367	2.447.939

Em 2018, as comissões de corretagem de negócio obrigatório e facultativo registaram no global um crescimento de 4%. Este incremento ficou, essencialmente, a dever-se a venda adicional junto dos clientes já existentes.

No final de 2018, a rubrica de “Outros rendimentos e ganhos”, inclui, essencialmente, montantes relativos a diferenças de câmbio favoráveis e a ganhos com cálculo definitivo do pro-rata do IVA.

16 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Trabalhos especializados	518.792	296.068
Publicidade e propaganda	83.834	22.926
Rendas e alugueres	39.602	40.201
Despesas de representação	35.381	25.935
Deslocações e estadas	27.757	35.743
Comunicação	10.061	16.846
Seguros	7.928	6.713
Energia e fluidos	6.723	6.419
Limpeza, higiene e conforto	6.549	6.237
Materiais	3.790	4.067
Outros serviços diversos	3.658	3.121
Outros serviços especializados	3.427	3.882
Conservação e reparação	1.201	4.040
Vigilância e segurança	597	628
Contencioso e notariado	105	429
	749.405	473.257

Os gastos com Fornecimentos e Serviços Externos, registaram em 2018 um incremento de 58% face ao ano anterior, essencialmente, motivado pelo aumento dos gastos com “Trabalhos especializados” e com “Publicidade e propaganda”.

A rubrica de “Trabalhos especializados”, engloba essencialmente os custos relacionados com auditoria (Nota 25) e Alocações do Grupo Internacional Aon, as quais representam, aproximadamente, 95% desta rubrica e referem-se a alocações de apoio técnico e de gestão relativas ao negócio de corretagem; a fatura de Aon Network Fee registou um incremento de 44% face a 2017, contrastando assim com o decréscimo verificado no ano anterior de 22%. Em 2018, registou-se também uma alocação adicional por parte do grupo internacional relacionada com Reinsurance Data & Analytics, a qual representa 28% do total de gastos

Prof B

alocados pelo grupo Aon. Este gasto vem no seguimento da estratégia da empresa e do seu posicionamento cada vez maior como consultora de riscos e não tanto como simples corretor.

Os gastos alocados pelo Grupo Internacional Aon relativos a *Brand Royalties* encontram-se registados na rubrica de Publicidade e Propaganda e respeitam praticamente a 100% do valor desta rubrica, tendo estes registado um incremento de 275%, por via do aumento do volume de negócios em 2017 e por via do aumento da % de alocação de 1% para 2,5%.

A rubrica de “Rendas e alugueres” engloba as rendas do escritório e as rendas de ALD de uma viatura automóvel (Nota 7).

Em termos globais, as Despesas de Representação e as Deslocações e Estadas registaram um aumento de 2%, face a 2017. Estes gastos variam consoante as necessidades de negócio e viagens internacionais exigidas a nível de grupo.

17 GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é detalhada conforme se segue:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Remunerações dos órgãos sociais	323.068	387.141
Remunerações do pessoal	247.936	214.150
Encargos sobre remunerações	122.482	117.598
Seguros acidentes trabalho, doença e vida	9.686	12.430
Fundo de pensões - contribuições definidas*	25.234	18.110
Gastos de ação social	6.120	-
Formação profissional	9.262	5.693
Outros gastos com o pessoal	319	915
	<u>744.107</u>	<u>756.037</u>

As remunerações aos Órgãos Sociais e ao Pessoal englobam os montantes relativos a vencimento, férias, subsídios de férias e de Natal, subsídio de refeição e a gratificações extraordinárias.

As gratificações extraordinárias estão associadas à performance global da empresa, tendo sido deliberada a atribuição de gratificações, a título de participação nos resultados, no montante de 56.300 euros, as quais se distribuem pelos órgãos sociais e pelo pessoal numa proporção de 34% e 66%, respetivamente.

*Fundo de pensões – contribuições definidas, esta rubrica inclui não só as contribuições mencionadas na Nota 23, num total de EUR 9.618 e EUR 9.212 EUR, em 2018 e 2017, respetivamente, como também as contribuições relacionadas com benefícios flexíveis com carácter variável atribuídos a colaboradores da empresa.

18 AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos/reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Ativos Fixos Tangíveis (Nota 6)	507	223
	<u>507</u>	<u>223</u>

19 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Diferenças câmbio favoráveis	5.800	-
Rendimentos suplementares	-	6.064
IVA Pro-ta - regularizações	8.220	-
Outros	-	12
	<u>14.021</u>	<u>6.076</u>

Os rendimentos suplementares registados, em 2017, estão relacionados com a co-participação de um ressegurador nos trabalhos de consultadoria de análise de risco contratados pela empresa e prestados a cedentes, não se tendo verificado o mesmo no exercício corrente.

20 OUTROS GASTOS E PERDAS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	<u>31 Dez 2018</u>	<u>31 Dez 2017</u>
Impostos	1.632	4.791
Diferências câmbio desfavoráveis	9.909	20.016
Correções relativas a exercícios anteriores	138	7.532
Gastos Gestão de Leasing	1.076	1.076
Insuficiência estimativa para impostos	248	-
Multas / Juros de mora e compensatórios	59	-
Outros	3	97
	<u>13.064</u>	<u>33.512</u>

A rubrica de “Impostos”, inclui, essencialmente, a taxa anual paga à ASF pela licença de mediação de resseguros.

As “Diferenças câmbio desfavoráveis” derivam, essencialmente, de recebimentos de Angola, cujas transações estavam registadas em USD e foram liquidadas à Empresa em EUR.

21 JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS

A decomposição da rubrica de “Juros e rendimentos similares obtidos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 é conforme se segue:

	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Juros obtidos	<u>12.206</u>	<u>23.217</u>

Os juros obtidos, em 2018 e em 2017, correspondem à remuneração obtida com a conta de depósitos à ordem que a Empresa possui junto do Bank Mendes Gans, b.v. (BMG) na Holanda, a qual funciona como conta “Cash-pooling” do Grupo Aon. A redução do valor dos juros, ficou a dever-se à diminuição do saldo médio bancário junto do BMG, como consequência da distribuição dos resultados transitados à empresa-mãe.

22 PARTES RELACIONADAS

A Empresa é detida em 100% pela Aon Portugal – Corretores de Seguros, S.A., com sede na Av. da Liberdade, 249 – 2º, sendo esta a sua única acionista e a qual procede à consolidação das demonstrações financeiras através do método de equivalência patrimonial, dado que a consolidação integral de contas é efetuada a nível da casa-mãe – Aon Global Limited, Londres, Reino Unido.

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram conforme se segue:

Remuneração	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Benefícios de curto prazo dos empregados	325.835	390.693
Benefícios pós-emprego	<u>6.015</u>	<u>5.936</u>
	<u>331.851</u>	<u>396.629</u>

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

	2018	2017
	Serviços obtidos	Serviços obtidos
Pessoal chave da gestão	27.465	26.703
Aon Singapore Center	483.922	242.001
Aon Global Operations Ltd	<u>83.773</u>	<u>22.339</u>
	<u>595.160</u>	<u>291.043</u>

Brand Royalty Fees, repartição de gastos de gestão (Aon Network Fee) e Analytics Reinsurance.

Ruf B

No decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Empresa incorreu em gastos com partes relacionadas no montante de 595.160 Euros e 291.043 Euros, respetivamente, relativos a aluguer de escritório e alocações de gastos do grupo internacional Aon relacionados com: 1) Centro de Inovação em Singapura: Aon Network Fee – IT, Management, Central Teams; Analytics Reinsurance. 2) Empresa mãe: Aon Brand Royalty – Marca Aon.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

	2018		2017	
	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes	Contas a receber correntes	Contas a pagar correntes
Empresa-mãe	-	(44.550)	-	(1.920)
Outras partes relacionadas	26.267	(5.903)	66.874	(17.942)
	26.267	(50.453)	66.874	(19.862)

Os saldos a pagar e a receber a Outras partes relacionadas em 2018 e 2017, referem-se à atividade da empresa e estão relacionados com prémios e corretagem de resseguro colocados junto da Aon Benfield Ltd UK, Aon Benfield Middle East Limited e da Aon Benfield Iberia, bem como da Aon Portugal (empresa-mãe).

No que respeita a termos e condições de pagamento, o prazo médio de pagamentos (“PMP”) e o prazo médio de recebimentos (“PMR”) deverá ser de 30 dias, exceto em situações pontuais em que ambas as entidades definam um período diferente. Para as transações relativas ao negócio (pagamentos de prémios), o prazo é normalmente de 90 dias.

23 BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Benefícios pós-emprego – planos de contribuição definida

A Empresa assumiu o compromisso de efetuar mensalmente contribuições pecuniárias no montante de 2% dos salários mensais de cada colaborador, desde que este contribua com 0,5% do seu salário, para um fundo de pensões que abrange todos os colaboradores. A única obrigação da Empresa consiste na realização das referidas contribuições.

A contribuição mensal apresenta a seguinte composição:

Remuneração	31 Dez 2018	31 Dez 2017
Administradores	430	424
Outros participantes no fundo	258	234
	687	658

O gasto total reconhecido com as referidas contribuições no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 ascendeu a 9.618 Euros (Nota 17).

24 PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE MEDIAÇÃO DE RESSEGUROS

i.

Política contabilística

A política contabilística aplicada encontra-se descrita na Nota 3.7.

Natureza e Tipo Remunerações relacionadas com Contratos de Resseguro

O tipo de remunerações auferidas pela empresa, durante o ano de 2018, detalham-se conforme mencionado na Nota 15 – Rêdito.

As remunerações auferidas no âmbito da corretagem de resseguro, durante o exercício de 2018, respeitam na sua totalidade a comissões de corretagem e foram todas recebidas através de transferência bancária.

Ramo e Origem Remunerações relacionadas com Contratos de Resseguro

CE	Fundo de Pensões	Remunerações				Transferências de Valores	
		Ramo Vida	%	Ramos não Vida	%	Para entrega a empresas de seguros	Entregues por empresas de seguros
9999	0	458.854	100%	2.096.513	100%	0	0

Níveis de Concentração

No final do exercício de 2018, não foram registados níveis de concentração, ao nível de empresas de seguros, empresas de resseguro e outros mediadores, iguais ou superiores a 25% do total das remunerações auferidas pela Empresa.

Contas a Pagar e Receber

Esta informação encontra-se divulgada nas Notas 10 – Ativos Financeiros e 13 – Passivos Financeiros.

Atividade de Mediação de Resseguro

Por natureza	Saldo em 31 de Dezembro de 2018	
	Contas a receber	Contas a pagar
Fundos recebidos com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro		1.086.484
Fundos em cobrança com vista a serem transferidos para as empresas de (res)seguros para pagamento de prémios de (res)seguro	2.381.237	2.194.526
Total	2.381.237	3.281.010
Por entidade	Contas a receber	Contas a pagar
Tomadores de seguro, segurados ou beneficiários		
Empresas de seguros	890.778	1.583.986
Empresas de resseguros	1.490.459	1.697.025
Total	2.381.237	3.281.010

II.

Adicionalmente, no âmbito do nº 2 do artigo 4º da Norma Regulamentar nº15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões, de 30 de Dezembro, a informação a prestar é a que se segue:

Empresas de Resseguros com volume de remunerações igual ou superior a 5%

	2018	%
SCOR Iberica Sucursal	320.312	13%
Nacional de Reaseguros S.A.	264.573	11%
SCOR Global Life SE	256.355	10%
Swiss Reinsurance Company Limited	174.911	7%
Tokio Marine Kiln Europe SA., Germany/Lloyds Syndicate 0510 (KLN)	143.213	6%
R+V Versicherung AG	123.159	5%

Transações Financeiras Resseguradoras/Cedentes

Durante o exercício de 2018, a Empresa não registou recebimentos de fundos com vista a serem transferidos para as empresas de resseguros para pagamentos de prémios relativamente aos quais não lhe foram outorgados poderes de cobrança (nº3, alínea a) do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF.

Não foram confiados pelas empresas de resseguro, durante o ano de 2018, fundos com vista a serem transferidos para as empresas de seguros cedentes que não lhe hajam outorgado poderes de quitação das quantias recebidas (nº3, alínea b) do Artigo 4º da Norma Regulamentar nº 15/2009-R, da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões – ASF.

25 DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas

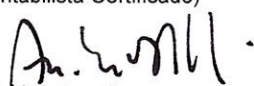
Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão Legal das Contas anuais ascenderam a 19.836 Euros.

26 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Não foram registados eventos subsequentes à data do balanço que mereçam a sua divulgação no presente Anexo.



Rute Cruz
(Contabilista Certificado)



Administração